

STJ00118831

Galtênio da Cruz Paulino
João Paulo Santos Schoucair
Octahydes Ballan Junior

ORGANIZADORES

**SISTEMA
ACUSATÓRIO
NOS 35 ANOS
DA CF/88**

Londrina/PR
2023


THOTH
EDITORA



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: os autores

Editor chefe: Bruno Fuga

Conselho Editorial (Gestão 2023)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema acusatorio nos 35 anos da CF/88. / Galtiênio da Cruz Paulino, João Paulo Santos Schoucair, Octahydes Ballan Junior (orgs). – Londrina, PR: Thoth, 2023.

613 p.

Inclui bibliografias

ISBN : 978-65-5959-614-0

1. Direito Processual Penal. 2. Sistema Acusatório. 3. Ministério Público. I. Paulino, Galtiênio da Cruz; II. Schoucair, João Paulo Santos; Junior, III. Octahydes Ballan (orgs).

CDD 341.43

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual Penal: 341.43

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

SUMÁRIO

| | |
|---------------------|----|
| ORGANIZADORES | 7 |
| AUTORES | 9 |
| APRESENTAÇÃO | 19 |
| PREFÁCIO | 21 |

CAPÍTULO 1

Marcelo Malheiros Cerqueira

| | |
|---|----|
| DAS GARANTIAS DO RÉU À VIABILIDADE DA CARGA ACUSATÓRIA: PRESSUPOSTOS PARA A HIGIDEZ DO SISTEMA ACUSATÓRIO FRENTE AO INQUISITORIAL | 35 |
| Introdução | 35 |
| 1 O sistema acusatório: garantia (in)dispensável ao réu? | 38 |
| 2 Carga acusatória e ônus processuais diabólicos | 44 |
| 2.1 Nulidades decorrentes da retroatividade jurisprudencial em matéria processual | 44 |
| 2.2 A exigência de individualização de atos de ofício nos crimes de corrupção ativa e passiva | 48 |
| Considerações finais | 52 |
| Referências | 53 |

CAPÍTULO 2

Douglas Fischer

| | |
|--|----|
| O ARTIGO 385 DO CPP CONFIRMA O MODELO ACUSATÓRIO | 55 |
| Introdução | 55 |
| 1 Modelo ou sistema acusatório: parâmetros | 55 |
| 3 O art. 385 do CPP e sua “melhor” interpretação | 66 |
| 4 Da teoria à realidade dos fatos | 81 |
| Considerações finais | 82 |

CAPÍTULO 3**Raquel Branquinho**

| | |
|--|-----|
| A PERSECUÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA NA PERSPECTIVA DO SISTEMA ACUSATÓRIO | 83 |
| Introdução | 83 |
| 1 A aplicação da regra constitucional do sistema acusatório | 85 |
| 2 As investigações criminais originárias na competência do STF | 92 |
| 3 Um modelo de investigação diferenciado para autoridades com prerrogativa de foro | 96 |
| Considerações finais..... | 104 |
| Referências..... | 106 |

CAPÍTULO 4**Alexander Vêras Vieira****Décio Alonso Gomes**

| | |
|---|-----|
| SISTEMA ACUSATÓRIO E CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE À LUZ DA PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO | 109 |
| Introdução | 110 |
| 1 Antecedentes históricos | 111 |
| 2 O mp e a experiência internacional | 114 |
| 3 Controle de convencionalidade – aspectos evolutivos | 117 |
| 4 O papel do MP no controle de convencionalidade | 119 |
| 5 Sistema acusatório e peculiaridades locais | 124 |
| 6 A experiência brasileira, a reafirmação do sistema acusatório e a realização do controle de convencionalidade | 126 |
| 7 A recomendação nº 96/2023 do CNMP e seu simbolismo | 129 |
| Considerações finais..... | 130 |
| Referências..... | 131 |

CAPÍTULO 5**Wagner Marteleto Filho**

| | |
|--|-----|
| A BUSCA DA VERDADE MATERIAL COMO FIM DO PROCESSO PENAL: UMA BREVE DEFESA DA TEORIA DA CORRESPONDÊNCIA..... | 135 |
| INTRODUÇÃO | 135 |
| 1 Verdade como correspondência x verdade como consenso/coerência: breves delineamentos..... | 137 |
| 2 Sobre três porquês da busca da verdade material no processo penal | 141 |
| 3 Objeções gerais à busca da verdade material..... | 143 |
| 4 Sistema inquisitivo e verdade material: associações pertinentes e | |

| | |
|--|-----|
| impertinentes..... | 144 |
| 5 Sobre alguns limites normativos à busca da verdade, em específico..... | 148 |
| Considerações finais..... | 152 |
| Referências..... | 153 |

CAPÍTULO 6

Beatriz Lopes de Oliveira

Wallace Paiva Martins Junior

| | |
|---|-----|
| CONSEQUÊNCIAS DA ADOÇÃO DO PRINCÍPIO ACUSATÓRIO..... | 157 |
| 1 Os tipos de sistemas processuais penais..... | 157 |
| 2 O sistema processual penal adotado no Brasil | 161 |
| 3 O sistema processual acusatório e o ministério público | 163 |
| 4 Consequências da adoção do princípio acusatório | 164 |
| 4.1 A impossibilidade de produção probatória <i>ex officio</i> pelo juiz | 166 |
| 4.2 A desnecessidade de autorização para instauração do inquérito policial quando o investigado for autoridade com direito a foro especial..... | 167 |
| 4.3 O indevido controle judicial do arquivamento da investigação criminal | 169 |
| 4.4 O cabimento da investigação criminal pelo Ministério Público | 169 |
| 4.5 A exclusividade do controle do inquérito policial pelo Ministério Público, inclusive quanto a seus prazos e exclusive as medidas tangenciadoras de direitos fundamentais | 170 |
| 4.6 A privatividade do <i>jus postulandi</i> do Ministério Público para medidas cautelares e acessórias no processo penal e na investigação e impossibilidade de decreto judicial <i>ex officio</i> | 171 |
| 4.8 Impossibilidade de deferimento de cautelares <i>ex officio</i> pelo juiz | 175 |
| Considerações finais..... | 176 |
| Referências..... | 177 |

CAPÍTULO 7

Mauro Fonseca Andrade

Robson Marinho Vargas Matuella

| | |
|---|-----|
| 35 ANOS DE INCERTEZA: O CONCEITO DE SISTEMA ACUSATÓRIO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL..... | 179 |
| Introdução | 179 |
| 1 Do sistema acusatório à estrutura acusatória..... | 180 |
| 2 Definições já utilizadas pelo supremo Tribunal Federal..... | 182 |
| 2.1 Titularidade da Ação Penal Pública..... | 183 |
| 2.2 Separação das funções..... | 186 |
| 2.3 Existência de direitos e garantias processuais..... | 186 |
| 3 Uma refutação acertada: o não acolhimento da teoria da gestão da prova..... | 189 |

| | |
|---------------------------|-----|
| Considerações finais..... | 192 |
| Referências..... | 193 |

CAPÍTULO 8

André Estima

Bruno Calabrich

O CONTROLE SOBRE ARQUIVAMENTOS DO PROCURADO-GERAL DA REPÚBLICA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E PELO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL 195

| | |
|---|-----|
| Introdução | 195 |
| 1 Das atribuições do Procurador-Geral da República em casos de competência originária do STF..... | 197 |
| 2 Instrumentos para o sancionamento do Procurador-Geral da República...199 | |
| 3 Investigação e persecução efetiva como <i>obrigações processuais positivas</i> | 202 |
| 4 O controle sobre arquivamentos criminais do Procurador-Geral da República como função do Conselho Superior do Ministério Público Federal..... | 205 |
| 5 Da desnecessidade de lei específica | 210 |
| Considerações finais..... | 211 |
| Referências..... | 212 |

CAPÍTULO 9

Rafael Schwez Kurkowski

O CUMPRIMENTO IMEDIATO DA PENA NO JÚRI EXIGIDO PELO SISTEMA ACUSATÓRIO 213

| | |
|--|-----|
| Introdução | 213 |
| 1 Sistema processual penal do Brasil: acusatório..... | 215 |
| 2 A Valorização da participação popular na justiça penal pelo sistema acusatório..... | 219 |
| 3 Soberania dos veredictos: a efetivação da participação popular na justiça criminal mediante a prisão imediata no júri..... | 222 |
| Considerações finais..... | 233 |
| Referências..... | 234 |

CAPÍTULO 10

Luiz Eduardo Camargo Outeiro Hernandes

O SISTEMA PENAL ACUSATÓRIO E O RESPEITO ÀS REGRAS DO JOGO DEMOCRÁTICOS 239

| | |
|--|-----|
| Introdução | 239 |
| 1 Democracia e Estado de Direito | 240 |
| 2 O sistema penal acusatório e o Ministério Público..... | 242 |

| | |
|--|-----|
| 3 O devido processo constitucional..... | 246 |
| 4 O sistema penal acusatório e o respeito às regras do jogo democrático... | 249 |
| Considerações finais..... | 250 |
| Referências..... | 250 |

CAPÍTULO 11

Antonio Henrique Graciano Suxberger

| | |
|---|-----|
| DESAFIOS DE UM PROCESSO ACUSATÓRIO: SISTEMATICIDADE E RACIONALIDADE LEGISLATIVA..... | 253 |
| Introdução | 253 |
| 1 O Código de Processo Penal: de 1941 à atualidade..... | 254 |
| 1.1 O CPP é “cópia” do Código Rocco? | 255 |
| 1.2 O CPP como “colcha de retalhos” | 258 |
| 2 Precedentes e sistematicidade..... | 262 |
| 2.1 A falta de sistematicidade é também resultado de uma jurisprudência vacilante: a importância da Legística material dirigida aos tribunais | 262 |
| 2.2 Dois casos ilustrativos | 264 |
| Considerações finais..... | 267 |
| Referências..... | 268 |

CAPÍTULO 12

Galtiênio da Cruz Paulino

| | |
|--|-----|
| MODELO ACUSATÓRIO, PRISÃO PREVENTIVA E O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO | 273 |
| Introdução | 273 |
| 1 Modelos processuais..... | 274 |
| 2 Ministério Público e a persecução penal..... | 277 |
| 3 Prisão preventiva e a atuação do Ministério Público | 282 |
| Considerações finais..... | 285 |
| Referências..... | 285 |

CAPÍTULO 13

Marcelo Ribeiro de Oliveira

| | |
|---|-----|
| A <i>PROSECUTORIAL DISCRETION</i> , SUA RELAÇÃO COM O PRINCÍPIO ACUSATÓRIO E A FORMAÇÃO DE <i>POLICIES</i> E <i>GUIDELINES</i> MINISTERIAIS: A EXEMPLIFICAÇÃO POR MEIO DOS ACORDOS DE COLABORAÇÃO | 287 |
| Introdução | 287 |
| Uma revisitación ao princípio acusatório | 288 |
| A chamada <i>prosecutorial discretion</i> e a relação com o princípio acusatório. | 291 |

| | |
|---|-----|
| O papel dos órgãos de revisão: a formação de <i>polícias</i> e de <i>guidelines</i> | 295 |
| Boas experiências nos acordos de colaboração..... | 299 |
| E o controle?..... | 304 |
| Considerações finais..... | 304 |
| Referências..... | 305 |

CAPÍTULO 14

João Carlos Negrão

A ATUAÇÃO DO ÓRGÃO JULGADOR NA PRODUÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL NO PROCESSO PENAL.....

| | |
|---|-----|
| Introdução..... | 307 |
| Sistemas processuais..... | 309 |
| Sistema inquisitivo..... | 309 |
| Sistema acusatório..... | 310 |
| Sistema misto..... | 311 |
| Sistema processual penal adotado no Brasil..... | 312 |
| O juiz e a produção da prova testemunhal no processo penal..... | 314 |
| Considerações finais..... | 325 |
| Referências..... | 325 |

CAPÍTULO 15

Octahydes Ballan Junior

Villy Guimarães Costa Borges

A INVIABILIDADE DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL COM CONFISSÃO PARCIAL DO INVESTIGADO.....

INTRODUÇÃO.....

| | |
|--|-----|
| 1 Um sistema processual que admite o consenso: uma mudança na forma de pensar o processo penal..... | 329 |
| 2 Requisitos para a realização do anpp como espécie de negócio jurídico processual penal..... | 334 |
| 3 A necessidade de confissão integral como condição do anpp e de alcance de suas finalidades político-criminais..... | 339 |
| 3.1 Confissão integral como exigência do sistema de processo negocial para alcançar suas finalidades político-criminais..... | 339 |
| 3.2 Confissão “parcial” a partir de prévia formação da <i>opinio delicti</i> pelo Ministério Público..... | 341 |
| Considerações finais..... | 343 |
| Referências..... | 344 |

CAPÍTULO 16**Silvana Batini**

| | |
|---|-----|
| SISTEMA ACUSATÓRIO E COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA ELEITORAL | 347 |
| Introdução | 347 |
| 1 O desenho institucional da competência criminal da justiça eleitoral..... | 348 |
| 2 O precedente do inquérito 4435 | 350 |
| 3 A posição do STF a partir do inquérito 4435 | 354 |
| 4 O sistema acusatório..... | 358 |
| Considerações finais..... | 363 |
| Referências | 364 |

CAPÍTULO 17**Andréa Walmsley Soares Carneiro**

| | |
|--|-----|
| ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL: INSTRUMENTO DE REAFIRMAÇÃO DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO SISTEMA ACUSATÓRIO BRASILEIRO | 367 |
| Introdução | 367 |
| 1 Sistema acusatório: premissas..... | 374 |
| 2 A exegese do acordo de não persecução penal e o monopólio do ministério público no protagonismo da ação penal pública | 378 |
| Considerações finais..... | 382 |
| Referências..... | 382 |

CAPÍTULO 18**João Paulo Santos Schoucair****Marco Antônio Coutinho**

| | |
|--|-----|
| A INVESTIGAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO E O USO DE RELATÓRIOS DE INTELIGÊNCIA FINANCEIRA | 385 |
| Introdução | 385 |
| 1 Atribuições ministeriais na esfera criminal..... | 386 |
| 1.1 Titular da ação penal..... | 386 |
| 1.2 Fiscal da aplicação de lei | 388 |
| 1.3 Controle externo da atividade policial | 389 |
| 1.4. Requisição de diligências e de instauração de inquérito | 390 |
| 1.5 Poder investigatório | 391 |
| 2 Da unidade de inteligência financeira e seus relatórios | 394 |
| 2.1 Da natureza jurídica dos relatórios de inteligência financeira | 396 |
| 2.2 Da atual posição jurisprudencial sobre os relatórios de inteligência financeira..... | 398 |

| | |
|---------------------------|-----|
| Considerações finais..... | 403 |
| Referências..... | 403 |

CAPÍTULO 19

Rômulo de Andrade Moreira

| | |
|---|-----|
| 80 ANOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL: RUMO AO FUTURO OU FIRMES NO PASSADO?..... | 405 |
| Referências..... | 420 |

CAPÍTULO 20

Ademar Borges

| | |
|---|-----|
| A VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA COMUNHÃO PROBATÓRIA EM DECORRÊNCIA DA APRESENTAÇÃO SELETIVA DAS PROVAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO | 423 |
| Introdução..... | 423 |
| 1 O princípio da comunhão da prova | 423 |
| 2 algumas consequências práticas do princípio da comunhão da prova e do dever de <i>disclosure</i> | 431 |
| Considerações finais..... | 433 |

CAPÍTULO 21

Luiz Augusto Coutinho

| | |
|--|-----|
| EVOLUÇÃO DO DIREITO NEGOCIAL EM MATÉRIA CRIMINAL COMO INSTRUMENTO DE APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ACUSATÓRIO | 435 |
| 1 Sistemas de apuração de responsabilidade no processo penal..... | 436 |
| 2 Princípio da obrigatoriedade e sistema acusatório..... | 437 |
| 3 Princípio da oportunidade..... | 439 |
| 4 Consenso e processo penal..... | 440 |
| 5 Colaboração premiada..... | 443 |
| 5.1 Natureza jurídica da colaboração premiada..... | 444 |
| 5.2 Colaboração e meio de prova..... | 445 |
| 5.4 Requisitos colaboração..... | 447 |
| 5.4.1 Voluntariedade..... | 447 |
| 5.4.2 Efetividade..... | 449 |
| 5.4.3 Circunstâncias objetivas e subjetivas..... | 449 |
| 6 Acordo de não persecução penal..... | 450 |
| 6.1 Requisitos para celebração de ANPP..... | 451 |
| 6.1.1 Requisitos primários..... | 451 |
| 6.1.2 Requisitos secundários..... | 452 |

| | |
|--|-----|
| 6.4 Da aplicação retroativa da ANPP..... | 453 |
| Considerações finais..... | 458 |
| Referências..... | 460 |

CAPÍTULO 22

Felipe Sarmiento Cordeiro

| | |
|--|-----|
| O SISTEMA ACUSATÓRIO E O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL DE 1941..... | 463 |
| Introdução..... | 463 |
| 1 Os sistemas processuais penais..... | 464 |
| 2 O Sistema processual penal acusatório brasileiro e o “ <i>mito do sistema misto</i> ”..... | 466 |
| 3 Dispositivos do código de processo penal que violam a ótica do sistema acusatório brasileiro: os artigos 5º, II, 127, 156, 168, 209, 212, 234 385 e 404..... | 471 |
| Considerações finais..... | 476 |
| Referências..... | 477 |

CAPÍTULO 23

Cristiano Chaves de Farias

| | |
|--|-----|
| MEDIDA POR MEDIDA PARA UM SISTEMA ACUSATÓRIO SEM ABUSOS: FIXAÇÃO DE INDENIZAÇÃO NA SENTENÇA CONDENATÓRIA E O RESPEITO À CONGRUÊNCIA..... | 479 |
| 1 Prólogo (à guisa de preleção): a preocupação com abusos decorrentes do exercício do poder..... | 479 |
| 2 A histórica diáspora de fundamentos entre a responsabilidade civil e a responsabilidade penal..... | 481 |
| 3 A possibilidade de pontos de interseção entre os ilícitos penais e civis e o efeito civil da sentença penal condenatória..... | 483 |
| 4 A sentença penal condenatória e o arbitramento de valores indenizatórios: uma atividade judicial bifásica e escalonada..... | 485 |
| 5 A necessidade de pedido do ministério público ou da vítima: preservação do sistema acusatório e à congruência..... | 487 |
| 6 À guisa de arremate: “quem quer todas as notas, ré, mi, fá, sol, lá, si, dó, fica sempre sem nenhuma, fique numa nota só”..... | 491 |
| Referências..... | 493 |

CAPÍTULO 24

Rodrigo Badaró

Larissa Luz

| | |
|---|-----|
| SISTEMA ACUSATÓRIO NOS 35 ANOS DE CONSTITUIÇÃO: O ADVENTO DA FIGURA DO JUIZ DE GARANTIAS..... | 495 |
|---|-----|

| | |
|---|-----|
| Introdução | 495 |
| 1 Breve introdução história: da classificação dos sistemas processuais penais.... | 496 |
| 2 A dicotomia legislativa da Constituição Federal de 1988 e do Código de Processo Penal de 1941 | 498 |
| 3 “Pacote Anticrime”: O advento da figura do Juiz de Garantias no Código de Processo Penal | 500 |
| Referências..... | 502 |

CAPÍTULO 25

Jaime de Cassio Miranda

André Epifanio Martins

SISTEMA ACUSATÓRIO BRASILEIRO: BREVES REFLEXÕES SOBRE OS AVANÇOS DAS ÚLTIMAS DÉCADAS E OS DESAFIOS PARA O FUTURO

| | |
|---|-----|
| Introdução | 503 |
| 1 Breves considerações acerca do sistema acusatório brasileiro | 504 |
| 2 Lei n.º 13.964/19 (pacote anticrime) e o sistema acusatório | 507 |
| 3 CNMP como órgão indutor de políticas criminais para o fortalecimento do sistema acusatório..... | 509 |
| 4 Desafios para o fortalecimento do sistema acusatório..... | 513 |
| Considerações finais..... | 515 |
| Referências..... | 516 |

CAPÍTULO 26

Paulo Cezar dos Passos

O SISTEMA ACUSATÓRIO COMO COROLÁRIO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

| | |
|--|-----|
| Introdução | 519 |
| 1 Direitos fundamentais e processo penal | 519 |
| 2 Sistemas processuais | 524 |
| 2.1 Sistema inquisitório..... | 526 |
| 2.2 Sistema acusatório..... | 530 |
| 3 O sistema acusatório como corolário da ordem constitucional..... | 534 |
| 4 A supremacia da norma constitucional..... | 538 |
| Considerações finais..... | 542 |
| Referências..... | 544 |

CAPÍTULO 27**Gregório Assagra de Almeida****Rafael de Oliveira Costa**

| | |
|---|-----|
| CONSIDERAÇÕES SOBRE O SISTEMA ACUSATÓRIO NO ÂMBITO DO DIREITO PROCESSUAL PENAL COLETIVO | 549 |
| 1 Aspectos gerais do sistema acusatório | 549 |
| 2. Direito processual penal coletivo e sistema acusatório | 552 |
| 3 Corolários do sistema acusatório no direito processual penal coletivo..... | 554 |
| Considerações finais..... | 558 |
| Referências..... | 559 |

CAPÍTULO 28**Leandro Falavigna****Marcos Antonio Pereira****Lorena Rodrigues Lisboa**

| | |
|--|-----|
| PODE O ADVOGADO DELATAR O CLIENTE? | 561 |
| Introdução..... | 561 |
| A ilicitude) da delação do cliente | 564 |
| Considerações finais | 570 |
| Referências..... | 570 |

CAPÍTULO 29**Ministro Og Fernandes****Rafael Medeiros Antunes Ferreira**

| | |
|---|-----|
| O INSTITUTO DA COLABORAÇÃO PREMIADA E SEUS BENEFÍCIOS NO DIREITO PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO À LUZ DO SISTEMA ACUSATÓRIO..... | 573 |
| Introdução | 573 |
| 1 A função homologatória do poder judiciário | 574 |
| 2 Os limites dos poderes negociais do ministério público e da polícia federal.... | 576 |
| Considerações finais..... | 586 |
| Referências..... | 587 |

CAPÍTULO 30**Carolina Costa Ferreira****Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho**

| | |
|--|-----|
| A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA E A APURAÇÃO DA TORTURA E DOS MAUS-TRATOS À LUZ DO PROTOCOLO DE ISTAMBUL: OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA ACUSATÓRIO CONSTITUCIONAL | 589 |
|--|-----|

| | |
|--|-----|
| Introdução | 589 |
| 1 Conceito de tortura e as normas que a regem..... | 590 |
| 2A atuação do Poder Judiciário nas audiências de custódia como meio de controle idôneo das prisões em flagrante e necessidade de adoção de política criminal humanista | 603 |
| Considerações finais..... | 608 |
| Referências..... | 609 |